

ATA DA 014ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2016
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Aldo Schneider
Dirce Heiderscheidt
Leonel Pavan
Padre Pedro Baldissera

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT (Presidente) -
Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, assume a Presidência da sessão e faz uso da palavra em nome da bancada feminina da Assembleia Legislativa, cujo texto será relatado na íntegra.

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT (Presidente) -
Neste momento, solicito à assessoria que proceda à exibição de um vídeo alusivo ao Dia Internacional da Mulher.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Eu gostaria de relatar aos meus colegas deputados a importância do meu sentimento de estar

hoje aqui presidindo esta sessão no Dia Internacional da Mulher, representando minhas colegas deputadas Ana Paula Lima e Luciane Carminatti, que não puderam estar presente. Então, neste momento, fico com o compromisso de representá-las e a todas as mulheres de Santa Catarina.

Para dar continuidade, gostaria de deixar registrado um pensamento da Cora Coralina que tem muito a ver com todas nós mulheres.

(Passa a ler.)

"O tempo muito me ensinou:

Ensinou a amar a amar a vida,

Não desistir de lutar,

Renascer na derrota,

Renunciar às palavras e pensamentos negativos

Acreditar nos valores humanos;

E a ser otimista.

Aprendi que mais vale tentar do que recuar...

Antes acreditar do que duvidar,

Que o que vale na vida,

Não é o ponto de partida e sim a nossa caminhada."

Muito obrigada pela oportunidade de presidir esta sessão, meus queridos colegas.

[*Taquigrafa: Salete*]

Breves Comunicações

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Saúda a deputada Dirce Heiderscheidt, as demais deputadas, todas as funcionárias da Casa, sua mãe e de todas as mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher, relatando história da sua infância e a perda do pai quando criança, enaltecendo a luta de sua mãe para manter a família e o respeito.

Registra o recebimento de folder da Delegacia de Proteção à Mulher de São José, destacando o trabalho voltado às mulheres vítimas de agressão, destacando que a Lei Maria da Penha foi o início de um grande avanço.

Anuncia sua desfiliação do PSD e ingresso ao PR, agradecendo todos os companheiros e amigos de partido.

Ressalta a atuação do governador e da Assembleia Legislativa, inovando em mudanças para os servidores, frisando que o estado tem sido exemplo e expressando sua gratidão ao Parlamento Catarinense. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (Orador) - Ressalta a importância da comemoração do Dia Internacional da Mulher, fazendo menção à discriminação da mulher perante a sociedade, tendo em vista problemas culturais, frisando a necessidade de leis que protejam os direitos femininos. Reforça a necessidade da participação da mulher em causas políticas, salientando que é um momento de reflexão para que haja mudanças culturais. *[Taquígrafa: Rubia]*

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Orador) - Parabeniza as mulheres pela passagem do seu dia, informando que, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, a deputada Dirce Heiderscheidt foi indicada para ser líder da bancada do PMDB no Parlamento Catarinense. Relata viagem ao planalto norte, destacando os investimentos destinados às Apaes, bem como o trabalho relevante que tais entidades fazem em prol das pessoas com deficiência. Também comenta visita a Major Vieira, município localizado junto à BR-477, onde foi inaugurada uma unidade do Corpo de Bombeiros. Informa verba do governo estadual para investir no trecho de Canoinhas a Timbó Grande.

Deputado Leonel Pavan (Aparteante) - Corroboras as palavras do deputado, destacando que há um projeto tramitando devagar na Casa que beneficia as Apaes catarinenses. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partidos Políticos

Partido: PSDB

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Orador) - Cumprimenta a deputada Dirce Heiderscheidt, representante da Bancada Feminina, pelo Dia Internacional da Mulher.

Informa que está em análise na Assembleia, desde o final do ano anterior, o Projeto de Lei n. 0534/2015, de sua iniciativa, que dispõe sobre a isenção do ICMS aos automóveis comprados pelos representantes comerciais, cuja alíquota é de 12%, especificando que os deficientes físicos, taxistas e bombeiros recebem isenção do percentual na compra de carro. Salieta que os representantes comerciais dependem de veículo no exercício da função e que o imposto torna a atividade onerosa, principalmente no período de retração econômica que vive o Brasil.

Faz alusão aos princípios da eficiência tributária que visam dinamizar a economia e tornar a carga tributária mais racional, entendendo fundamental isentar da alíquota do ICMS os representantes comerciais na compra de carro.

Deputado Serafim Venzon (Aparteante) - Corrobora as palavras do deputado e o cumprimenta pela elaboração do projeto, frisando que o momento é adequado para incrementar a economia brasileira que está paralisada. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Partido: PMDB

DEPUTADO MANOEL MOTA (Orador) - Referindo-se à rinha de galo, lembra que tal prática está proibida desde o governo do presidente Jânio Quadros, quando foram impedidas as corridas de cavalo e as brigas de galo, considerando importante uma reavaliação do assunto.

Registra que tomará posse um novo secretário na secretaria de Desenvolvimento Regional do Vale do Araranguá, que abrange 15 municípios, empenhando sua participação, juntamente com o novo secretário, Ivan Ávila, no trabalho para o desenvolvimento da região, bem como na busca da solução para os problemas existentes. *[Taquígrafa: Sara]*

Partido: PSD

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (Orador) - Cumprimenta as mulheres pela passagem do seu dia. Comunica que no dia 10 de março ocorrerá, na sede da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí, em Blumenau, uma palestra do ex-prefeito de Curitiba sobre os desafios existentes no planejamento urbano de uma cidade, estendendo o convite a toda comunidade do Médio Vale do Itajaí.

Faz menção ao documento apresentado pela Fiesc: 15 Ações Prioritárias para a Indústria Catarinense, que traz informações e conteúdo para que os empresários catarinenses possam superar a crise atual do país.

Faz um convite aos parlamentares para o lançamento do 2º Anuário Estatístico Florestal de Santa Catarina, pela Associação Catarinense de Empresas Florestais, contendo informações importantes para o crescimento sustentável do estado.

Parabeniza a Facisc e os empresários do Vale do Itajaí que iniciam uma campanha por celeridade na duplicação da BR-470, obra fundamental para salvar vidas e para o desenvolvimento econômico e geração de empregos na região.

Deputado Manoel Mota (Aparteante) - Congratula as mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

Deputado Silvio Dreveck (Aparteante) - Reputa oportuno o debate sobre a duplicação da BR-470, entendendo que a concessão de rodovias é o melhor caminho. *[Taquígrafa: Cristiany]*

Partido: PT

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) - Presta homenagem às mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher, que independentemente de raça ou cor, diferenciam-se em vários aspectos e situações. Destaca que no primeiro semestre de 2015 foram registrados 23.135 boletins de ocorrências por violências domésticas contra a

mulher, enfatizando que precisamos de mudanças culturais, construindo políticas e ações para estabelecer um processo de igualdade perante a sociedade. *[Taquígrafa: Salete]*

Partido: PCdoB

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Agradece ao vice-presidente, deputado Aldo Schneider, pela recepção de vários prefeitos e vereadores na Casa do Povo.

Destaca a importância do Projeto das Cascalheiras, que trará benefícios à sociedade devido à isenção do pagamento das taxas referentes às etapas do licenciamento ambiental na extração da lavra a céu aberto por escavação.

Agradece e parabeniza o deputado José Nei Ascari pelo apoio iniciativa, salientando as dificuldades das prefeituras municipais com relação à redução de arrecadação, solicitando apoio a todos os colegas parlamentares para aprovação do projeto.

Deputado Dr. Vicente Caropreso (Aparteante) - Ratifica as palavras do deputado Cesar Valduga, destacando a importância do consumidor, que muitas vezes é esquecido, reputando que a redução de impostos no momento é vital para o reaquecimento da economia e esclarecendo que a burocracia só fortalece o setor público.

Deputado José Nei Ascari (Aparteante) - Agradece ao deputado Cesar Valduga pela referência ao seu nome, esclarecendo que a proposta do projeto foi deflagrada por prefeitos da região serrana, que precisam de condições e oportunidades para enfrentar problemas e destinar recursos para as áreas de ação social.

Deputado Gabriel Ribeiro (Aparteante) - Ressalta a importância do referido projeto de lei, que vai fortalecer as cidades, e coloca-se à disposição. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Ordem do Dia

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0553/2015, de procedência da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que altera o Anexo Único da Lei n. 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do estado de Santa Catarina", para dar nova denominação ao Conselho Comunitário Ponte do Maruim, de Palhoça.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0077/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei n. 14.262, de 2007, que "Dispõe sobre a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais", para isentar os municípios de Santa Catarina do pagamento das taxas referentes às etapas do licenciamento ambiental na extração da lavra a céu aberto por escavação.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

Deputado Gean Loureiro - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra o sr. deputado Gean Loureiro.

DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Quero ratificar o posicionamento que já emiti tanto na comissão de Finanças e Tributação quanto na comissão de Turismo e Meio Ambiente.

O deputado José Milton Scheffer, inclusive, que presidiu a Fecam, fez uma defesa com muita sabedoria e com muito conhecimento da dificuldade que os municípios vivem sobre a questão da cobrança da taxa de licenciamento ambiental. E eu que presidi a Fundação Estadual do Meio Ambiente sei da dificuldade que os municípios passam e, muitas vezes, se torna inviável a realização de um licenciamento dando condições de manutenção das rodovias. Esse talvez seja um dos maiores desejos.

E a nossa expectativa é que a Procuradoria-Geral do governo do Estado possa ter uma nova avaliação e entendimento que cabe, sim, daquilo que é essencial ser cobrado, porque aqui nós estamos falando de cobrança do público sobre o público, é uma situação diferenciada. Mais do que isso, no ano de 2012 esta Casa aprovou uma legislação redefinindo os valores de taxa de licenciamento, e ali se buscou uma equiparação com os outros estados da federação, já que Santa Catarina estava muito aquém. Entretanto, algumas atividades que se tornam inviável para o poder público, mantiveram o seu valor como se fosse da iniciativa privada.

Aqui em Florianópolis, muitas vezes, tinha-se o recurso para uma reforma do Hospital Universitário, o dinheiro estava separado para investir no hospital, só que eles não tinham uma rubrica para pagar taxa de licenciamento daquela obra, e perderam o recurso porque não tinham maneira de pagar e a Fatma não tinha como ofertar isenção porque a lei não previa casos específicos que fossem possíveis.

Então, mesmo tendo uma discussão jurídica se poderia ou não, o importante é fato político, abrir a discussão e realmente ter uma definição da importância para os municípios da aprovação dessa matéria.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) -
Continua em discussão.

Deputado José Milton Scheffer - Peço a
palavra, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a
palavra o sr. deputado José Milton Scheffer.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Presidente,
deputado Aldo Schneider, esse, mais uma vez, é um
projeto necessário que vai ao encontro das
necessidades das prefeituras. Acho que muitos aqui
já passaram pela prefeitura de algum município e
sabem das dificuldades. Hoje, pela manhã, recebi
uma comissão de prefeitos, inclusive, com
expediente da Presidência da Fecam - Federação
Catarinense dos Municípios -, solicitando a
aprovação deste projeto. Sabemos o momento crucial
pelo qual as finanças dos municípios passam, sendo
que os prefeitos, muitas vezes, são induzidos a
fazerem novas despesas, principalmente na área de
pessoal, aumentando o custeio da máquina, e, na
hora que precisa da parceria pública para tirar
uma licença ambiental, para poder explorar uma
jazida de material, para arrumar uma rodovia, para
escoar uma produção, para o trânsito das pessoas,
é obrigado a submeter-se ao licenciamento, muitas
vezes, caros e, muitas vezes, não há recurso na
prefeitura para isso, que está em situação de
calamidade.

Então, esse projeto é meritório, tem o apoio
da Federação Catarinense dos Municípios, tem o
apoio de todos os prefeitos de Santa Catarina e,
obviamente, que atendendo isso, estamos dando um
passo no sentido de buscar uma maior autonomia e
igualdade de condições entre o poder municipal e
também o poder estadual.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) -
Continua em discussão.

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, sr.
presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a
palavra o sr. deputado Fernando Coruja.
[Taquígrafa: Rubia]

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. parlamentares, esse projeto do deputado José Nei Ascari é absolutamente importante do ponto de vista do mérito porque ele trata de uma cobrança, muitas vezes exorbitante, inclusive, do poder público, dos municípios, em relação à liberação de um produto fundamental para o exercício do poder municipal, que já foi levantado aqui, relacionado, por exemplo, às estradas vicinais, e merece todo o nosso apoio.

Eu queria comentar aqui, também, ao defender o projeto, a sua constitucionalidade, porque o Executivo sempre argumenta ao Parlamento a decisão de que esta Casa não pode ter iniciativa de projetos de leis relativa referentes à questão tributária.

Então, vou ler aqui, para não dizer que é minha opinião, a decisão do Supremo:

(Passa a ler.)

"A Constituição de 1988 admite a iniciativa parlamentar na instauração do processo legislativo em termos de Direito Tributário.

A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito restrito, não se presume e nem se comporta interpretação ampliativa, na medida em que por implicar limitação ao poder de instauração de processo legislativo deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca."

Por quê? Porque a constituição limita isso para a questão dos territórios.

(Continua lendo.)

"O ato legislativo sobre Direito Tributário, ainda que para conceder benefícios jurídicos de ordem fiscal, não se equipara especialmente para fins de instauração do respectivo processo legislativo ao ato de legislar sobre orçamento de estado."

Então, o Supremo tem dezenas de decisões. Como diz o pessoal da Ilha: uma coisa é uma coisa e para outra coisa, é outra coisa. Assim, o projeto do deputado José Milton Scheffer, dos hospitais, é a mesma coisa, vai na mesma linha, deveria ter o mesmo tratamento, porque é permitido. Nem é uma

questão, que sei que foi levantada pelo líder do governo, no sentido de tentar dar constitucionalidade a esse, quer dizer que há uma imunidade tributária recíproca, não prevalece aqui no caso. Por quê? Porque a imunidade tributária - vou ler a decisão do Supremo aqui - neste caso só vale para impostos. A imunidade tributária recíproca, art. 150, inc. VI, alínea "a", preceitua:

(Continua lendo.)

"Somente é aplicável aos impostos, não alcançando as taxas".

Diz aqui explicitamente, o Supremo disse isso. Tanto que todas as taxas são cobradas de um ente sobre outro e, se fosse esse o caso, os municípios poderiam entrar na Justiça, mas eles sabem que vão perder, porque sobre taxa não há imunidade recíproca. Então, o raciocínio aqui não é o da imunidade recíproca, é da iniciativa. E pode, especificamente neste caso, deve.

Assim, vamos votar o projeto a favor. Não é caso de imunidade. Eu não quero deixar aqui prevalecer essa tese porque isso seria limitar a constitucionalidade desse projeto. Nós não podemos ter aqui a constitucionalidade desta forma: aquilo que o governo concorda é constitucional e o que discorda é inconstitucional. Isso não é constitucionalidade, isso é opinião, e é mais ou menos isso que nós tratamos aqui.

Constitucionalidade é o que está de acordo com a Constituição. Esse projeto é constitucional, é meritório, deve ser aprovado por esta Casa e o governo não deve vetar porque ele é necessário e constitucional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Deputado Natalino Lázare - Peço a palavra, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Natalino Lázare.

DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, da mesma forma nós somos favoráveis a aprovação desse projeto e queremos parabenizar o deputado José Nei Ascari.

Nós temos aqui deputados que já foram prefeitos, eu fui duas vezes, e entendo que o fortalecimento do poder decisório do prefeito é fundamental, principalmente nessa época que vivemos.

Então, querem tirar a liberdade dos prefeitos agirem, mas evidentemente, dentro da lei, eles precisam e devem exercer o seu cargo. Esse projeto é meritório, tira uma responsabilidade, um peso das costas dos prefeitos e é muito necessário para que o município possam ter, de fato, as reivindicações dos seus munícipes atendidas.

Por isso, o nosso partido, o PR, é favorável a esse projeto.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Muito obrigado pela manifestação.

Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Nei Ascari.

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, apenas queria fazer um registro que considero importante.

A Fatma foi acionada para responder um requerimento formulado pela comissão de Constituição e Justiça, e a manifestação foi favorável. É importante que façamos esse registro porque, o Poder Executivo, não obstante toda essa discussão da competência e da iniciativa para a propositura desta matéria, é importante registrar esse parecer do órgão que tem a responsabilidade de fazer em Santa Catarina a fiscalização dessa questão e de cobrar as taxas pertinentes ao requerimento formulado pelas prefeituras municipais.

Por isso, faço esse registro porque considero realmente oportuno.

Muito obrigado, sr. presidente. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno o Projeto de Lei n. 0161/2015, de autoria dos deputados Patrício Destro e Antônio Aguiar, que altera a Lei n. 16.420, de 2014, que institui o Dia Estadual de Conscientização sobre os Cuidados com os Animais Domésticos, no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0281/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, que acrescenta dispositivo ao art. 40 da Lei n. 14.675, de 2009 - Código Estadual do Meio Ambiente e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

Deputado Gean Loureiro - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra o autor do projeto, deputado Gean Loureiro, por até dez minutos.

DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Obrigado, sr. presidente! Inicialmente, queria agradecer aos integrantes da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente. O objetivo deste projeto de lei vem ao encontro do que nós, deputados, escutamos de todos os empreendedores catarinenses e prefeituras, que é a demora no trâmite dos processos administrativos de licença ambiental.

Existe o entendimento nacional, que a ministra do Meio Ambiente e o presidente do Ibama já defendem que, com a grande demanda existente para licenciamentos, se torna impossível querer licenciar tudo da maneira como a legislação prevê nos dias de hoje, pois atualmente está-se tornando insuportável realizar um empreendimento, criar o seu novo negócio, porque a demora no trâmite do licenciamento faz com que a burocracia engula toda essa vontade de poder empreender. E a proposta que nós trazemos à discussão nesta Casa, permite eliminar a dedicação dos técnicos a uma área que praticamente não há nenhum impacto ambiental em não sendo realizada.

Trato aqui da questão da renovação da Licença Ambiental de Operação, conhecida como LAO, que a cada quatro anos pede um novo processo administrativo, novos estudos, novas vistorias, novos pareceres, novas deliberações para poder renovar essa licença ambiental. E o que é mais difícil, deputado Dr. Vicente Caropreso, v.exa. que é de Jaraguá do Sul, onde muitas empresas possuem Certificação Ambiental ISO 14001, para a qual a certificação ambiental, o rol de exigências, é infinitamente superior às das que são exigidas na licença ambiental, entretanto, sabemos que se contratar uma auditoria e começar o processo de certificação no prazo estabelecido, teremos a certificação ambiental em mãos.

O que desejamos com isso? Que essas empresas que possuem a certificação ISO 14001, cujas exigências são maiores do que para a renovação da Licença Ambiental de Operação, que essas possam ser dispensadas de um novo processo dentro da Fatma. Ou seja, a empresa que tem a certificação

ambiental, que protocolar e apresentar junta à Fundação Estadual do Meio Ambiente fica prorrogada automaticamente a sua Licença Ambiental de Operação. Eu conversava com o prefeito de Joinville e ele destacava que as empresas, grande parte exportadoras em Santa Catarina que tem a obrigação de ter a certificação ambiental, não conseguem a renovação da licença.

Por isso, quero agradecer ao deputado Mauro de Nadal, que presidente da comissão de Constituição e Justiça, e ao deputado Silvio Dreveck, que foi o relato, por reavaliar o posicionamento da comissão de Constituição e Justiça no entendimento de que nós não estamos adentrando ao formato da licença e nem extinguido a necessidade da licença. O empreendimento continua tendo que tirar a sua licença prévia, sua licença de instalação e a sua primeira licença de operação, na renovação é que será dispensada podendo ser prorrogada automaticamente. *[Taquígrafa: Elzamar]*

E alguém pode pensar: Quem é que ganha com isso? Só as empresas? Claro que não! Hoje o número de servidores e o tempo destinado para a renovação destas licenças podem estar dedicados a outros processos que demoram meses para ser analisados na Fundação Estadual do Meio Ambiente.

Por isso, quero agradecer a compreensão dos deputados da comissão de Constituição e Justiça, da comissão de Finanças e Tributação, e também ao deputado Ricardo Guidi, que relatou na comissão de Turismo e Meio Ambiente. Entendemos que essa é uma realidade de todas as regiões de Santa Catarina.

Na região do norte, do planalto norte, que v.exa. representa, muitas empresas tem certificação e ficam muitas vezes durante anos com processo de renovação de licença de operação. Observava aqui a presença do prefeito de Sangão, que participa conosco, uma cidade característica pelos ceramistas que lá trabalham, e as empresas que tiverem a certificação ambiental vão ter um processo muito mais agilizado.

No oeste catarinense da mesma forma, até pela característica exportadora de Santa Catarina, que

exige das empresas a certificação ambiental, já existe investimento neste sentido.

E quero, para finalizar o meu pronunciamento, agradecer o posicionamento da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, junto a todos os deputados, defendendo a aprovação desta matéria. Temos certeza que existe um grande envolvimento para que possamos buscar uma legislação que diminua a burocracia, que garanta a qualidade ambiental e que dê agilidade aos órgãos públicos que tanto desejamos.

Nesse sentido, peço apoio de todos os pares para que possamos aprovar esta matéria de grande importância para o meio ambiente e para a economia catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) -
Agradeço a manifestação de v.exa.

Com a palavra o nobre líder do governo, deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Aldo Schneider.

Deputado Gean Loureiro, v.exa. já argumentou, justificou e explanou a respeito deste projeto, mas ainda quero dizer que para as empresas - e quando nós falamos em empresas, v.exa. definiu muito bem, não estamos falando do empresário, estamos falando do conjunto, das máquinas, dos equipamentos e, acima de tudo, das pessoas que trabalham nestas empresas - que já possuem a ISO 14000, se não mantiverem, os seus clientes, evidentemente, não vão comprar os seus produtos. Então, não há o risco de que, ao permitir que a renovação seja automática, que essas empresas não cumpram com as suas obrigações, principalmente na legislação ambiental, porque automaticamente estão impedidas de vender os seus produtos a clientes que exigem a ISO 14000.

Então, não há dúvida de que o projeto beneficia toda a população catarinense sem trazer nenhum prejuízo para a Fatma, o órgão arrecadador, porque no momento oportuno a empresa terá que fazer o seu pagamento da licença pela renovação,

mas permite que essa licença seja concedida de imediato. E também não é só o fato do cliente que compra o produto, muitas empresas que fazem renovação dos seus equipamentos, das suas máquinas, o próprio banco exige essa renovação da licença e, na medida em que não tiver, fica lá plantado aquele equipamento, ou seja, não adquire equipamento, portanto, não está produzindo, e muitas vezes perde-se dinheiro de investimento por conta de uma falta de celeridade ou da liberação dessa licença.

Então, penso que nós, aprovando este projeto, vamos dar uma grande contribuição à desburocratização do sistema de licenciamento deste caso.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Não havendo mais quem o queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0324/2015, de autoria do deputado Ricardo Guidi, que dispõe sobre a utilização de mudas de Plantas Nativas da Flora Catarinense nos projetos de arborização dos prédios públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0510/2015, de autoria do deputado Natalino Lázare, que institui o Dia Estadual de Preservação das Plantas Medicinais no estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - V.Exa. pretende colocar em votação hoje o segundo turno deste projeto de autoria do deputado José Nei Ascari?
[Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Sim. Imediatamente.

Diante da concordância de todos os líderes, gostaria de, antes de encerrar a sessão, agradecer a todos os prefeitos que estão no *hall* da Assembleia Legislativa, que fizeram um trabalho de gabinete em gabinete, liderados pelo deputado Cesar Valduga, e depois no gabinete da Liderança do Governo e no gabinete da Vice-Presidência.

Agradeço a vice-prefeita de Bom Retiro, sra. Márcia Fernandes; ao prefeito de Bom Retiro, sr. Albino Padilha; ao prefeito de Otacílio Costa, sr. Lair Xavier; ao vice-prefeito de Otacílio Costa, Silvano Antunes; ao prefeito de Paineira, Flávio Antônio Neto da Silva; ao secretário de Administração de Correia Pinto, sr. Elson Ivo Pereira, secretário de Transportes e Obras de Videira, sr. Pedrinho; à secretária de Planejamento de São Joaquim, sra. Sheila Zanette; ao diretor de Planejamento da Cisama, sr. Selênio; ao diretor da Fecam, sr. Rodrigo Guesser; à Prefeita de Cerro Negro, sra. Sirlei Varela; ao vice-prefeito de Urubici, sr. Elói Tadeu Costa; ao prefeito de São Joaquim, Humberto Luiz Grighenti; ao prefeito de Correia Pinto, sr. Vânio Forster; ao prefeito de Rio Delfino, sr. Ademar de Bona Sartor; ao prefeito de Campo Belo do Sul, Padre Edilson José de Souza; aos vários vereadores; a

secretária executiva da Amures de Lages, sra. Iraci Souza; a secretária executiva da Amplasc, sra. Rosane Infeld; ao vice-prefeito de Ouro Verde, Nilson Santin; ao prefeito Neri, enfim, a todas as pessoas que percorreram os gabinetes para que esta matéria fosse votada.

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para as 16h29.

[Taquígrafa: Cristiany]

[Revisão Final - Taquígrafa: Renata]